

ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL

SOB A ORIENTAÇÃO DO OFICIAL ADMINISTRATIVO ISIDORO ZANOTTI

A experiência de guerra na Suíça em matéria de alimentação

F. T. WAHLEN (*)

(Tradução de Maria de Lourdes Lima Modiano)

INTRODUÇÃO

Entre os cinco países da Europa que conseguiram manter-se neutros durante a segunda guerra mundial, a Suíça era o de posição geográfica menos favorável e de recursos agrícolas mais parcos proporcionalmente à sua população. Mal começou a guerra, êsse pequenino país, já completamente cercado pelas potências do Eixo, viu-se arriscado a ficar inteiramente isolado de seus fornecedores estrangeiros de gêneros alimentícios. Firmemente resolvida a manter sua independência política, foi a Suíça obrigada a organizar um sistema geral de produção, armazenamento e distribuição de alimentos. Por felicidade, escapou à guerra e o govêrno conseguiu executar seu plano até o fim. Graças a isso e graças também ao rigoroso método científico que presidira à elaboração desse plano, realizou a Suíça, durante a guerra, uma experiência alimentar de certo interesse para os países que se encontram em situação semelhante. Procuraremos, a seguir, resumir sucintamente as medidas adotadas e os resultados obtidos.

I

A SITUAÇÃO ECONÔMICA DA SUÍÇA

A SUÍÇA ocupa uma posição *sui generis* na economia mundial. Em matéria de recursos naturais, dispõe apenas da beleza de sua paisagem, de seu potencial hidrelétrico de suas florestas e

de um pequeno patrimônio de terras cultiváveis. Apesar disso, sob o ponto de vista da renda por habitante, figura entre os cinco primeiros países do mundo, colocando-se ainda em primeiro plano no tocante ao comércio exterior com relação ao número de habitantes. Significa isso que sua prosperidade baseia-se no trabalho e na técnica, aplicados ambos a matérias-primas reexportadas sob a forma de máquinas, relógios, produtos químicos e farmacêuticos, tecidos e alguns produtos agrícolas de qualidade. No conjunto, porém, a agricultura ocupa na Suíça um lugar relativamente pouco importante. Desde há séculos o país depende do exterior para sua alimentação. Pouco mais de 20% dos assalariados trabalham na lavoura e, de cerca de 230.000 fazendas de que dispõe, pelo menos 50% são de menos de 5 hectares cada uma. Sua superfície total está assim constituída: 28,3%, apenas, de terras cultiváveis, das quais menos da metade realmente cultiváveis, no sentido normal da palavra; 2,3% de pastagens alpinas, de produtividade extremamente limitada e 24,8% de florestas; finalmente, 22,6% de terras impróprias à cultura (geleiras, terras rochosas improdutivas, lagos, etc.) Nestas condições, a densidade da população não dá uma idéia exata de sua capacidade de produção alimentar *per capita*. Tem a Suíça 103 habitantes por quilômetro quadrado, contra 90 na Dinamarca. Em compensação, enquanto a Dinamarca dispõe de 119 habitantes por quilômetro quadrado de terras cultiváveis, na Suíça essa cifra se eleva a 242 incluindo-se as pastagens alpinas e a 365 deixando-se de lado essa categoria de terrenos de capacidade de produção insignificante.

II

MEDIDAS ADOTADAS TENDO EM VISTA A ECONOMIA DE GUERRA

A situação precária da Suíça em caso de hostilidades, explica as medidas preventivas adotadas logo no início dos desentendimentos políticos. Em 1937, já estava organizada em linhas gerais a sua economia de guerra. O comércio e a indústria foram concitados a constituírem reservas dos produtos essenciais e, posteriormente, foram adota-

(*) Professor de Agronomia na Escola Politécnica de Zurique, autor de um plano de extensão de culturas graças ao qual, durante a última guerra, pôde a Suíça dispor de um abastecimento alimentar suficiente para as necessidades de sua população. Além de vários estudos técnicos, o Prof. F. T. Wahlen publicou uma obra intitulada "Unser Boden heute und morgen" (Nosso solo, hoje e amanhã). O trabalho que ora publicamos em primeira mão, no Brasil, faz parte da série "Alimentação e População", da UNESCO.

das medidas coercitivas, visando garantir certos mínimos, especialmente em matéria de gêneros alimentícios não deterioráveis. Em abril de 1939, ficou estabelecido que tôdas as famílias deveriam providenciar a fim de adquirir provisões pelo menos por dois meses; os cidadãos que não pudessem cumprir essa ordem deviam registrar-se para receberem um cartão especial. Essa providência preparatória permitiu ao Bureau da Economia de Guerra mandar fechar por dois meses, no comêço das hostilidades, tôdas as casas que vendiam gêneros alimentícios e sômente os portadores de cartões especiais tinham permissão de adquirir quantidades racionadas de alimentos não perecíveis. Esse prazo, aproveitado para organizar a fundo o racionamento, permitiu evitar certos erros iniciais dificilmente sanáveis mais tarde e que teriam abalado a confiança do povo. Além disso, o govêrno possuía grandes reservas de alimentos essenciais. A lei sôbre os cereais panificáveis impunha uma reserva, permitindo enfrentar tôdas as necessidades, na falta de racionamento, durante cêrca de dois meses; de fato, essa reserva teria sido suficiente por seis meses pelo menos e, acrescentando-se os "stocks" conservados nos moinhos e nas padarias, as reservas disponíveis totais correspondiam ao consumo de mais de um ano.

Simultaneamente, foram tomadas certas medidas tendo em vista a reorganização total da produção agrícola. Até por volta de 1850, a agricultura suíça mantivera-se em função das necessidades do mercado interno. O estabelecimento do comércio mundial obrigou os camponeses a renunciarem em grande número às culturas de manutenção, por isso que as condições naturais do país são muito mais favoráveis à criação de gado e à indústria de laticínios (solos pesados, chuvas abundantes, percentagem elevada de terrenos em declive). Por tôda parte passou-se, pois, à cultura das plantas forrageiras, tanto assim que, no comêço da primeira guerra mundial, a produção de trigo na Suíça era das mais insignificantes. Entre as duas guerras, houve tentativas cercadas de certo êxito, para o restabelecimento do equilíbrio da produção. Nem assim ficou o país menos dependente do exterior, principalmente no tocante aos cereais panificáveis, às plantas forrageiras e ao açúcar, embora produzindo um excedente para a exportação de gado, laticínios e frutas. Quando, em 1929, se desencadeou a crise do comércio mundial, viu-se a Suíça colocada numa situação anormal: seus produtos exportáveis já não encontravam escoadouros no mercado internacional, enquanto o país continuava, por seu lado, a precisar importar inúmeros outros gêneros alimentícios.

As necessidades do comércio e a segurança nacional naqueles tempos de perturbação impunham, pois, uma modificação na política agrícola.

As condições naturais do país, a tenacidade das tradições rurais e a repugnância dos camponeses em se conformarem com as diretrizes governamentais explicam a dificuldade de modificar-se, no sentido indicado, a natureza das culturas. A tarefa era ainda mais difícil porque o clima da Suíça varia, em períodos curtos, do tipo quase mediterrâneo para o tipo subártico. Essas difi-

culdades impuseram a realização de um inquérito minucioso sôbre as possibilidades do país em matéria de agricultura; iniciado em 1937, foi êsse estudo terminado nos primeiros anos de guerra. O inquérito tinha por finalidade determinar o gênero de cultura mais conveniente para cada uma das 230.000 fazendas do país. Compreendia uma análise minuciosa dos solos, o levantamento de todos os meios de produção disponíveis (inclusive a tração e a mão-de-obra rural, levando-se em conta as conseqüências eventuais da mobilização) e das organizações comerciais cooperativas e outras, um levantamento da distribuição das terras de cada fazenda e quaisquer outras informações úteis. Depois de reunidas e analisadas por comissões compostas de três peritos, representando, respectivamente, a Municipalidade, o Cantão e a Confederação, foram essas informações reunidas numa espécie de tabela de produção referente a cada uma das 3.300 municipalidades. Quando começou a guerra, essa tabela teve grande utilidade. Cada fazendeiro, convencido de que se fizera o máximo possível para distribuir eqüitativamente os encargos, estava disposto a modificar a natureza de suas culturas, conformando-se ao plano, que, uma vez estabelecido em suas linhas gerais pelas autoridades federais, fôra distribuído pelos governos cantonais às várias municipalidades e interpretado por um Comité municipal de peritos, em tarefas individuais atribuídas a cada fazenda.

Assim, pois, o sistema de govêrno federativo, tão caro à Suíça, foi igualmente aplicado a êsse trabalho e, na maioria das comunidades, os fazendeiros aceitaram, voluntariamente e sem reservas, os encargos resultantes da substituição das culturas.

O inquérito visara também o desbravamento das terras incultas e o aumento do valor agrícola das terras já cultivadas, pela correção dos respectivos defeitos essenciais, tais como o excesso ou a escassez d'água. Êsse inquérito demonstrou tôda sua utilidade quando, durante a guerra, foi preciso pôr em execução um vasto plano de reforma.

III

PLANO DE AUTONOMIA ECONÔMICA EM ÉPOCA DE EMERGÊNCIA

As medidas práticas adotadas pelas autoridades suíças permitiram a êsse país preparar-se melhor do que qualquer outro, com exceção da Alemanha. O povo estava convencido de que nenhuma crise econômica grave poderia, logo no comêço de um conflito eventual, inutilizar o exército, por tradição mantido à custa de grandes sacrifícios. Contudo, o país inteiro tinha a dolorosa consciência de que o pão poderia vir a ser um dia o principal sustentáculo da liberdade. Êsse sentimento assumiu ainda maior acuidade quando, em maio e junho de 1940, após a derrota da França, a Suíça se viu reduzida à situação de uma ilha no centro dos imensos territórios controlados pelas potências do Eixo. O estado de espírito criado por essa situação teria podido dimi-

nuir consideravelmente as probabilidades de resistência militar.

Graças às medidas preparatórias a que nos referimos, pôde o autor dêste trabalho anunciar publicamente, em novembro de 1940, que se as coisas piorassem, o plano de produção permitiria à Suíça atender às próprias necessidades, de modo mais simples e reduzido talvez, mas suficiente para satisfazer às necessidades fisiológicas da população. Para compreender-se o alcance psicológico dessa comunicação, faz-se mister recordar a situação extremamente precária da Suíça naquela época. A Alemanha estava convencida de que suas medidas de bloqueio bastariam para precipitar o país de joelhos a seus pés, sem necessidade de intervenção militar. A certeza de que tal desastre não se daria teve profunda influência no moral do povo suíço.

IV

DADOS ECONÔMICOS E FISIOLÓGICOS SÔBRE OS QUAIS SE BASEAVA O PLANO

No período de 1934 a 1936, a agricultura suíça garantiu 52% das necessidades calóricas de

sua população com grandes diferenças, porém, entre as diversas categorias de elementos nutritivos. Embora satisfizesse 75% das necessidades em matérias graxas e 74% das necessidades protéicas, a agricultura suíça não estava em condições de produzir senão 36% dos hidratos de carbono necessários. Assim, a reforma devia não somente aumentar sensivelmente a produção geral, como, ainda, adaptá-la às necessidades fisiológicas. Impunha-se, pois, uma grande restrição do consumo. O nível de vida elevado dos anos que precederam a guerra tornava, aliás, possível essa restrição, sem grande perigo para a saúde pública.

Ninguém ignora que um determinado terreno, se plantado com gêneros de consumo humano direto, pode alimentar maior número de pessoas do que se utilizado para produzir alimentos destinados ao gado. Sob o ponto de vista do rendimento em calorias, há, necessariamente, um forte desperdício quando a matéria vegetal se transforma em produtos animais antes de ser entregue ao consumo humano. É difícil estabelecer uma comparação entre êsses rendimentos, devido ao poder nutritivo superior dos produtos animais e seu valor como alimentos protetores. O exemplo

RENDIMENTO DO TRIGO EM QUINTAIS POR HECTARE	CALORIAS PRODUZIDAS POR HECTARE	ALIMENTOS PRÓPRIOS PARA O CONSUMO HUMANO—PRODUÇÃO POR HECTARE.	
		EM FORMA DE PÃO	DEPOIS DA TRANSFORMAÇÃO DO TRIGO EM OVOS
10 (Rendimento médio mundial).....	3.724.000	3,4	0,4
40 (Rendimento máximo na Europa).....	13.920.000	12,7	1,4

que damos a seguir poderá, porém, ilustrar o princípio em que se baseia essa asserção.

Assim, pois, uma galinha poedeira média restitui, em forma de ovos, cerca de 12% das calorias que absorve. A percentagem de rendimento dos bovinos e dos suínos é ligeiramente superior. O rendimento mais fraco em alimentos destinados ao consumo humano, por unidade de superfície, observa-se quando o produto desejado só é obtido depois de passar por duas transformações sucessivas no corpo do animal, é o caso, por exemplo, da vaca que precisa ser alimentada com leite para dar cria.

Inútil seria insistir na necessidade do exame de grande número de fatores e respectivas reações mútuas, para saber até que ponto convém substituir a produção animal pela produção vegetal. Admitindo-se mesmo a possibilidade de uma modificação considerável dos hábitos alimentares durante certo número de anos sem alteração da saúde, nem por isso será menos necessário garantir-se um mínimo de leite, de laticínios e de carne. Num país onde, para a produção de adubos, não

se dispõe de outra matéria-prima além do azoto da atmosfera, é indispensável conservar-se um rebanho, suficiente pelo menos para fornecer ao solo o estrume necessário à sua fertilidade.

A escolha das culturas é outro ponto importante. Em cada clima, em cada solo, há plantas que se darão melhor do que outras e, por conseguinte, fornecerão mais calorias. Na Suíça, como na maioria das regiões temperadas, essas plantas são as batatas, as beterrabas e, em menor proporção, certos legumes. Seguem-se as plantas oleaginosas, entre as quais a colza era a que mais adaptada estava às condições naturais no caso. De todas essas plantas, as mais indicadas para garantir um rápido aumento de produção eram as batatas e os legumes. Um dos principais objetivos do nosso plano consistia, pois, em produzi-las em quantidade tal que seu racionamento, em hipótese alguma, se tornasse necessário. O fato de ser possível preparar batatas e legumes de mil maneiras diferentes tornava êsses alimentos ainda mais indicados para suprir a escassez dos demais gêneros alimentícios estritamente racionados. E'

bom lembrar que esse objetivo foi plenamente alcançado.

Durante toda a guerra foi a Suíça o único país da Europa onde sempre se pôde obter, no mercado livre, batatas e legumes em quantidades ilimitadas e por preços razoáveis. Essa facilidade teve grande importância sob o ponto de vista da alimentação e, além disso, constituiu uma barreira contra o mercado negro. De fato, ninguém tinha desculpa para se abastecer ilegalmente quando podia adquirir qualquer quantidade dos gêneros alimentícios necessários no mercado regular, embora nem sempre fossem esses gêneros do tipo e da qualidade que desejava.

Como dissemos, os hábitos alimentares do povo suíço permitiam cogitar-se da redução das rações diárias. Segundo as estatísticas existentes, a ração diária de antes da guerra continha 98 gramas de protídios, 100 gramas de lipídios, 457 gramas de glicídios ou seja, em conjunto, u'a média de 3.200 calorias. De acordo com o plano de produção, as calorias foram reduzidas a cerca de 3.000, o que significava uma diminuição de cerca de 50% dos lipídios e 20% dos protídios. Em compensação, a percentagem de hidratos de carbono aumentou. A questão foi estudada atentamente por um comitê consultivo de peritos, especialistas em alimentação, os quais concluíram que a nova ração, não somente garantiria as ne-

cessidades fisiológicas, como, também, sob certos pontos de vista, importaria na melhoria dos hábitos alimentares anteriores. Daria cotas diárias de cálcio, fósforo, ferro e vitaminas maiores do que o regime habitual.

V

COMPARAÇÃO ENTRE AS SUPERFÍCIES SEMEADAS ANTES DA GUERRA E OS ALGARISMOS PREVISTOS NO PLANO

Não seria possível indicar aqui, por ano e por hectare, as sucessivas modificações feitas, durante a guerra, quanto à semeadura das terras cultivadas. Bastará talvez dar os algarismos de antes da guerra, os resultados reais obtidos durante esta e os algarismos previstos para o caso de bloqueio total e prolongado. As últimas estatísticas de antes da guerra datam de 1934 e indicam que, na época, havia cerca de 183.000 hectares de terras aráveis cultivadas (cereais, batatas, raízes, etc. sem prados artificiais). Na hipótese de ter a Suíça que se abastecer por si só, essa cifra teria podido elevar-se, segundo os cálculos feitos, a 504.000 hectares. Todavia, no auge dos esforços durante a guerra, o máximo atingido foi de 365.000 hectares. Não foi preciso, pois, aplicar o plano completamente, isso graças, por um lado,

ARTIGOS	ALGARISMOS DE 1934	ALGARISMOS PREVISTOS NO PLANO (por hectare)	MÁXIMO CONSEGUIDO NA PRÁTICA
Cereais.....	16.605	356.671	218.648
Batatas.....	45.819	83.002	89.497
Legumes.....	8.171	15.256	22.695
Sementes oleaginosas.....	8	10.776	9.829

aos "stocks" constituídos antes da guerra e, por outro, ao fato das importações, embora às vezes suspensas durante meses a fio, terem continuado a suprir parte das necessidades. Embora o plano preenchesse cabalmente seus objetivos e até mesmo os ultrapassasse no tocante às culturas, sob outros pontos de vista ficou muito aquém do que se esperava, como se verifica pelos algarismos que damos a seguir.

Como se vê, a produção de batatas e de legumes passou a mais do dobro, enquanto que a dos cereais representa quase todo o aumento da superfície efetivamente cultivada. Duas razões concorreram para isso. É que um mesmo terreno produzirá duas vezes mais calorias se for plantado com batatas e certos legumes do que se plantado com cereais. É por isso que se incentivou de modo especial as culturas em terras alagadiças. Por outro lado, essas plantas prestam-se

mais para os quintais das residências familiares e para os lotes de terrenos, que tiveram papel tão relevante. Em certos momentos, a colheita de batatas foi bastante abundante, permitindo introduzir no plano a farinha de batata, o que economizou o dobro da superfície que teria sido necessária reservar para os cereais de menor rendimento.

VI

CONSEQUÊNCIAS DO PLANO QUANTO AOS REBANHOS

Tal modificação no emprego das terras devia agir diretamente no número de animais de criação. Foi relativamente fácil verificarem-se as consequências, segundo o número de cabeças de gado, por isso que a maior parte do rebanho suíço é alimentado principalmente com as sobras domésticas. Quando irrompeu a guerra, o país possuía,

efetivamente, um rebanho recorde — 1.794.632 cabeças, das quais 910.005 vacas. Segundo as previsões feitas, a execução completa do plano reduziria esses algarismos, respectivamente, a ... 1.250.000 e 700.000. No fim da guerra as cifras reais correspondiam bem à superfície de pastagens convertida em culturas, havendo então um rebanho de 1.450.000 cabeças, das quais ... 800.000 vacas. Isso permitiu garantir-se uma ração de leite completa para toda a população, ao invés de ficarem os adultos reduzidos a um leite parcialmente desnatado, eventualidade excepcional prevista.

Proporcionalmente, foi preciso reduzir ainda mais os suínos e as aves, por isso que a criação dos mesmos exige muito mais alimentos importados. O problema mais difícil foi o da alimentação dos cavalos, únicos animais de fazenda cujo número, de acordo com o plano, devia ser aumentado. Efetivamente, a Suíça depende inteiramente das importações quanto aos carburantes. Um terço dos tratores mais pesados de que dispúnhamos no início da guerra fora transformado para consumo de lenha. Isso não bastava, porém, para atender às necessidades aumentadas da tração, mesmo sem levar em conta o fato de ter o exército, em determinadas ocasiões, requisitado mais da terça parte de nossos 140.000 cavalos. É preciso não esquecer também que, antes da guerra, a Suíça era o principal país importador de aveia, o que explica que, durante os primeiros anos da guerra, o esforço de produção foi dirigido principalmente para esse cereal e para a cevada, enquanto que o aumento notável dos cereais panificáveis só começou a partir de 1942.

VII

PASSANDO DO PROGRAMA À AÇÃO

A primeira vista, a economia dirigida parece não ser fácil de aceitar pelos suíços imbuídos de antiga tradição de governo democrático e liberdade política e propensos a nada aceitarem de chôfre. Todavia, em caso de perigo nacional, são eles capazes de deixar a tradição em segundo plano. A execução dos dispositivos previstos realizou-se, anualmente, com a regularidade de um movimento de relógios. A produção anual nunca permaneceu mais de 2,5% aquém do objetivo visado; além disso, as fazendas particulares sempre ultrapassaram ligeiramente as respectivas cotas. Foi preciso recrutar grande número de operários agrícolas provisórios entre outras classes da população. Seu número atingiu o número máximo de 150.000, em 1944.

Mas a população não agrícola contribuiu também, por outro modo, para assegurar as necessidades alimentares. Uma legislação especial permitia às municipalidades atribuir hortas às

famílias. Na medida das disponibilidades de terreno, cada família era obrigada a cultivar 50 a 100 metros quadrados por pessoa. No fim da guerra, entre 770.000 famílias de não agricultores, cerca de 500.000 estavam atendendo em parte às próprias necessidades. A título de incentivo, os alimentos assim produzidos não ficavam sujeitos a qualquer controle ou racionamento. A iniciativa privada pôs também em execução um plano muito útil, que depois se tornou obrigatório por lei. As indústrias, os bancos e os demais empregadores procuraram fornecer aos respectivos empregados alimentos suplementares. Para chegarem a esse resultado, participaram do plano governamental de recuperação das terras pela drenagem dos pântanos, desbravamento das florestas e desempedramento das pastagens subalpinas. Logo em 1944, todas as empresas que empregavam mais de vinte pessoas ou com rendas tributadas superiores a 500.000 francos, foram obrigadas a cultivar 200 metros quadrados por parcela de 100.000 francos de renda tributada, até o máximo de 13 hectares. Já no fim da guerra, a execução desse plano abrangia nada menos de 5.500 empresas, ocupando ... 511.516 empregados e cultivando quase 10.000 hectares. Os produtos colhidos também não entravam no racionamento. Cada empresa se incumbia de distribuir aos seus empregados os suplementos de farinha de trigo ou de vários cereais, de matérias graxas e oleaginosas e açúcar, sem contar as batatas, os legumes e outros produtos não racionados. Esse sistema teve duplo resultado: melhorou a alimentação das populações urbanas e, ainda, teve ótimas conseqüências sob o ponto de vista social. As classes proletárias apreciaram os encargos assim aceitos pelos empregadores, pois ninguém ignora como é dispendioso cultivar um terreno recentemente desbravado. Ademais, por mais aperfeiçoados que sejam os métodos de racionamento, por mais estrito que seja o controle, é preciso, sempre, em tempo de escassez alimentar, garantir certos privilégios às populações agrícolas. Concedendo-se vantagens semelhantes a essas plantações industriais, foi possível reduzir substancialmente as tensões latentes entre populações urbanas e rurais. Em muitos casos, chefes de empresas, empregados superiores, empregados e operários trabalhavam lado a lado em plantações privadas. Descobriram assim novos métodos de trabalho em comum dando lugar a um estreitamento de laços entre as classes, tão necessário num período de perturbação. Inútil acrescentar que entre os períodos de instrução e exercícios, o exército, mantido em

estado de alarma trouxe sua contribuição, principalmente na época da semeadura e das colheitas.

VIII

PRINCÍPIOS DE RACIONAMENTO

No comêço, isto é, já no fim da primeira guerra mundial, o racionamento consistira apenas na distribuição regular de alimentos mais raros. Mas durante a segunda guerra mundial, tornou-se êle, na Suíça, uma ciência e uma arte — ciência por isso que, na medida em que a complexidade do sistema o permitia, levou em conta as necessidades fisiológicas segundo a idade, as atividades físicas e os vários estados de saúde; arte, por isso que as considerações sociais e psicológicas sempre tiveram papel importante no preparo de cada medida particular e da política de conjunto. Há uma coisa que é preciso jamais esquecer, não só nessa questão como na normalização da produção. Numa democracia, uma política perfeitamente razoável, mesmo escrupulosamente observada por todos os interessados, somente produzirá bons resultados se fôr bem compreendida e aprovada pela imensa maioria dos cidadãos, pois a cooperação é a alma da democracia. Pode ser necessário recorrer-se a medidas de coerção, principalmente nos períodos de emergência, mas a única utilidade das mesmas será disciplinar u'a minoria de cidadãos insuficientemente compreensivos.

O exame retrospectivo dos anos decorridos entre 1939 e 1945 mostra-nos que, sob o ponto de vista puramente técnico, grande número de mercadorias deveriam ter sido racionadas mais cedo do que foram. Já vimos como os gêneros não perecíveis, na maioria importados, haviam sido objeto de racionamento logo nos primeiros dias da guerra. Mas, devido às razões acima explicadas, outros produtos essenciais como o pão, o leite e a carne, só passaram a ser racionados em 1942. Contudo, com exceção do chocolate, todos os gêneros foram racionados antes de haver dificuldade em encontrá-los. Graças a um severo contrôle de preços, conseguiu-se que o racionamento não se fizesse à custa da bolsa do povo, como aconteceu durante a primeira guerra mundial relativamente a certos artigos, entre os quais a carne, o que acarretou conseqüências sociais absolutamente desastrosas.

Duas características do sistema de racionamento suíço merecem referência especial. A primeira, foi a livre escolha entre dois tipos de cartões. Durante a primeira parte da guerra, a fim

de levar em conta, tanto quanto possível, os hábitos alimentares de cada individuo, numerosos cupons podiam ser trocados por outros. Quando o racionamento se tornou total (com as exceções já mencionadas, das batatas, legumes e frutas) êsse sistema ficou complicado demais e muito lento para os serviços de racionamento. Assim, foi criada uma segunda categoria de cartões que dava direito ao mesmo número de calorias e à mesma quantidade de elementos nutritivos, por preço cêrca de 25% mais baixo. Chegou-se a êsse resultado principalmente pela substituição da carne por rações suplementares de leite, produtos de laticínios e pão. Combinando-se livremente êsses dois tipos de cartões, tôdas as famílias podiam conseguir a combinação que melhor conviesse aos seus hábitos alimentares e às suas possibilidades financeiras.

A segunda característica foi a introdução dos chamados "tickets" de refeições. Logo que o racionamento se tornou total, as rações mal chegando para atender às necessidades essenciais, não foi mais permitido à população suíça comer em restaurante além do racionamento. Êsse sistema comum fica então muito complicado: consiste em pedir, para cada refeição, segundo a respectiva composição, "tickets" de pouco valor, tirados do cartão de alimentação normal. Para isso, criou-se um tipo de "tickets" de refeições, válidos apenas para o consumidor normal, nos lugares públicos onde o freguês trocava certo número dêsses "tickets" por um refrêso ou por uma refeição. Para o proprietário do restaurante, os "tickets" constituíam a prova de haverem servido determinado número de refeições. Podiam depois trocá-los por cupons de racionamento segundo a tabela de conversão fixada periôdicamente pelas autoridades. Aos olhos do público, êsse sistema tinha a vantagem de deixar à administração a maioria das complicações que poderiam caber ao consumidor.

IX

RESULTADOS OBTIDOS

A Comissão de Alimentação, enquanto funcionou durante a guerra, manteve-se em contato com os organismos representativos da população (estabelecimentos de ensino, grupos de operários da indústria, etc.). Tôdas as medidas determinadas eram estudadas a fundo por essa Comissão, antes de serem postas em vigor. Naturalmente, nem sempre foi possível seguir seus conselhos em tôdas as suas minúcias, mas essa estreita coope-

ração deu os melhores resultados. De fato, o controle sanitário das coletividades acima referidas demonstrou que o racionamento do tempo de guerra de modo algum prejudicou à saúde pública: a prova foi a diminuição da frequência da cárie dentária entre os escolares.

A atribuição de alimentos atingiu seu mínimo em maio de 1945; nessa época, o cartão de alimentação normal dava direito apenas a 1.783 calorias diárias, ou seja, 52 gramas de proteínas (sendo 23 gramas de origem animal e 40,5 gramas de matérias graxas). Esses algarismos levam em conta o consumo teórico de alimentos não racionados e mostram de modo evidente quão necessário era o esforço sem precedentes desenvolvido para aumentar a produção nacional. Enquanto que em 1939 as importações de alimentos e forragens se elevavam a cerca de 2 milhões de toneladas (das quais 1,1 milhão de toneladas de cereais, cifra ligeiramente superior à normal devido à constituição das reservas), em 1944 essas importações caíram, respectivamente, a 420.000 e 158.000 toneladas. Durante o mesmo período, a produção de batatas passara de 620.000 a 1.820.000 toneladas, a de legumes, de 250.000

a 600.000 toneladas e a de cereais de cerca de 300.000 a 530.000 toneladas.

No esforço gigantesco atualmente desenvolvido para a reconstrução deste mundo tão dolorosamente dilacerado, a relação entre o povo e a respectiva alimentação constitui um dos problemas principais que se impõem à atenção contínua das nações e dos estadistas. Sob a pressão das necessidades surgidas com a guerra, o trabalho dos homens orientado pela ciência permitiu chegar-se a resultados que pareciam impossíveis, em tempo de paz. Aproveitando-se a experiência adquirida, orientando-se inteligentemente os esforços dentro do âmbito nacional, instituindo-se uma cooperação internacional racional, é possível conseguir-se que todo ser humano possa comer para matar a fome, que todos os agricultores do mundo possam produzir sem temer dos excedentes, causa de miséria. Esse o grande desafio lançado à nossa geração. Ataquemos o problema. De sua solução depende a desgraça ou a ventura de vários milhões de seres humanos; é ela que talvez venha a decidir entre a guerra e a paz.

* * *

As discussões legislativas que precederam a votação da Lei de Orçamento e Contabilidade estenderam-se por vários anos. Estimulado por um "plano geral para um sistema nacional de orçamento" incluído na agenda de 1918 pelo então deputado Medill McCormick, de Illinois, o Congresso prolongou os seus trabalhos sobre a matéria até o ano de 1921, quando os terminou. De fato o Congresso teve que examinar a matéria duas vezes, em virtude do veto oposto pelo Presidente Wilson, em 1920, ao projeto original, veto baseado em objeções constitucionais quanto às condições para preenchimento do cargo de Contador-Geral. A despeito da mudança verificada na situação política, com a vitória do partido que então estava na oposição, o Congresso manteve seu interesse pelo projeto de implantação de um verdadeiro sistema orçamentário. A questão não foi encarada como questão partidária, refletindo a votação final uma quase unanimidade quanto aos pontos essenciais da lei. Ademais, durante as deliberações do Congresso, as grandes linhas do sistema orçamentário a ser implantado foram traçadas com visão e astúcia. Muitas das idéias defendidas a essa época permanecem até hoje como guia sólido para aqueles que exercem funções prescritas pela Lei de Orçamento e Contabilidade. — Fritz Morstein Marx — R.S.P. — Outubro — 1949.